

ATA 05/2007

1
2 Aos dias oito de maio de dois mil e sete, às dezenove horas, no Auditório da Unimed-PG, deu-se início
3 à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ponta Grossa, estando presentes os
4 Conselheiros Titulares e Suplentes: Edson Alves; Lenir Monastirsky; Maria Lucia Tozetto Vettorazzi;
5 Estela Mari Galvan Cuchi; Giana Carla Pinheiro Machado; Luiz Jacinto Siqueira; João Fernando
6 Ferrari; Francisco Nestor Marochi; José dos Passos Neto; Neumari Perpétua da Cunha; César José
7 Campagnoli; André Luis de Luca; Vera Lucia dos Santos Pereira; Maria de Fátima Juskow Fiebig;
8 Genecilda Lourenço Gotardo; Carlos Eduardo Coradassi; Marcos Rogério Silva Mello, Cleiber Márcio
9 Flores e os participantes Rosilene Gomes e Pedro Wosgrau Filho. Verificada a presença de quorum o
10 Presidente Carlos Eduardo Coradassi deu as boas vindas a todos, iniciando sua fala com o tempo
11 previsto para duração da reunião passando em seguida para a **Aprovação da Ata 04/2007** : foram
12 solicitadas as seguintes alterações: A Conselheira Neumari solicita que na linha 303 onde constam os
13 nomes dos Conselheiros eleitos para mesa diretora assim como seus respectivos cargos conste também
14 o número de votos obtidos por cada um dos Conselheiros eleitos ficando a redação da seguinte forma “
15 Carlos Eduardo Coradassi eleito para o cargo de Presidente com um total de 19 votos contra 1
16 abstenção; a Conselheira Irmã Silvonete Aparecida Soares eleita como Vice Presidente com um total de
17 12 votos contra 6 da outra candidata e 2 abstenções; a Conselheira Maria Lucia Tozetto Vettorazzi foi
18 eleita Primeira Secretária com 20 votos e a Conselheira Cristina de Cássia Faria Moura foi eleita
19 Segunda Secretária com um total de 11 votos contra 7 do outro candidato e 2 abstenções.”; O
20 Conselheiro Cleiber solicita a correção ortográfica da sigla que representa Organização Não
21 Governamental na linha 36 ficando a alteração da seguinte forma: “(...) ONG Renascer ...” no lugar de
22 “(...) Ong Renascer...”, solicita ainda a correção de digitação em sua fala na linha 275 onde consta a
23 seguinte frase: “(...) o Conselheiro Cleiber, este diz que cõo uma das metas ...” altere-se para “ (...) o
24 Conselheiro Cleiber, este diz que como uma das metas...”; a Conselheira Lenir pede a substituição da
25 palavra estrangeira hall em sua fala na linha 198 pela palavra em português lista, também a correção da
26 linha 204 onde consta erro de digitação tirando-se a letra S da palavra “sem” ficando então “em”, na
27 linha 205 solicita a correção de concordância onde a forma correta deve ser “queiram trabalhar” e não
28 “queiram trabalhando”, seguindo as alterações propostas a ata foi aprovada. **Primeiro Item da Ordem**
29 **do Dia:** Informes da Mesa Diretora: A Primeira Secretária, Conselheira Maria Lucia faz a leitura dos
30 ofícios: inicia a leitura com os ofícios recebidos pelo Conselho Municipal de Saúde. O primeiro
31 recebido do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente solicitando transporte duas vezes na
32 semana para a Senhora Zaléia Pereira da Silva, deficiente visual que necessita de cadeira de rodas para
33 locomover-se , pois a mesma precisa realizar sessões de fisioterapia e vem encontrando dificuldades
34 para conseguir o transporte; devido a este fato encaminha solicitação a este Conselho através do
35 CMDPD; o segundo ofício enviado pela Secretária Municipal de Saúde a este Conselho solicitando a
36 relação de estagiários contendo nome, curso, período, instituição de ensino, horário de trabalho e
37 funções desempenhadas; dando seqüência, um terceiro ofício proveniente da Vara da Infância e
38 Juventude da Comarca de Ponta Grossa, solicitando informações quanto ao atendimento prestado ao
39 menor Luciano Santana no Pronto Socorro Municipal conforme ofício 482/2006. enviado ao Conselho
40 Municipal de Saúde pelo Conselho Tutelar Leste e para finalizar a leitura dos ofícios recebidos, um
41 último ofício indicando o Sr. Regis Clemente da Costa em substituição a Conselheira Casturina Lopes
42 Miranda. A Primeira Secretária dá continuidade aos informes com a leitura dos ofícios enviados pelo
43 Conselho Municipal de Saúde: um ofício enviado ao setor de transportes autorizando o estagiário
44 Rafael Camilo Alves a dirigir o veículo FIAT UNO de uso deste Conselho; outro ofício enviado ao

45 mesmo setor solicitando que o veículo FIAT UNO de uso do Conselho Municipal de Saúde seja
46 enviado para a revisão programada e um protocolo destinado a Coordenadoria Administrativa que diz
47 respeito a implantação das Unidades de Saúde de Apoio informando que os documentos apresentados
48 pela Secretaria não correspondem ao que foi pedido no ofício n.º11/2007 enviado a mesma
49 coordenadoria, diante disso o Conselho através da Comissão de Acompanhamento do Sistema de
50 Atenção Básica decide manter o parecer desfavorável a implantação das USA's no modelo de gestão
51 apresentado. Encerrada a leitura dos ofícios a Conselheira Maria Lucia diz que em relação aos ofícios
52 recebidos é importante consultar a mesa diretora anterior para verificar o que foi respondido. O
53 Presidente Carlos Eduardo Coradassi faz uso da palavra informando que em 24 de agosto de 2006 foi
54 enviado a Acessoria Legislativa da Prefeitura Municipal um ofício solicitando a substituição de nove
55 conselheiros: no lugar do Conselheiro Titular Dalton Scarpin entra a srª Maria Lucia Tozetto Vetorazzi;
56 no lugar da Conselheira Suplente Tereza Prestes entra a srª Rosemari Kovalechyn, no lugar do
57 Conselheiro Titular Marco Antonio Bernardino entra a srª Joseane Rocha Krustsch Oliveira, no lugar
58 do Conselheiro Suplente Rubem, entra a srª Mirian Malherbi Reusing, no lugar do Conselheiro Titular
59 Everson Krun entra o sr. José dos Passos Neto, no lugar do Conselheiro Alceu Batistel entra o sr.
60 Remei Haura, no lugar da Conselheira suplente Célia Regina Oberg entra o sr. Carlos Eduardo
61 Coradassi, no lugar da Conselheira Suplente Ines Lopes entra a srª Kellyn Marina Farago, no lugar da
62 Conselheira Titular Maria Raquel entra a srª Cristina de Cássia Faria Moura, no lugar da Conselheira
63 Suplente Adriane Krivoi entra a srª Patrícia Adriane Klein , no lugar da Conselheira Suplente Tereza
64 Lopes de Miranda, entra a srª Jurema Terezinha Barbosa; este ofício foi enviado ao Sr. Clóvis Airton
65 de Quadros em 24/08/2006, ocorre que ao acessar o sistema de consulta de processos da Prefeitura em
66 03/05/2007 verificou-se que o processo referente a estas substituições encontrava-se no gabinete do
67 Prefeito sem a devida homologação. O Presidente Carlos Eduardo Coradassi explica que uma vez não
68 homologadas as substituições, a mesa diretora eleita não estaria de fato eleita; informa ainda que
69 buscou informações junto ao sr. Clóvis, a Rosilene Gomes – Coordenadora Administrativa da
70 Secretaria Municipal de Saúde e ao promotor Fuad a respeito da situação. O Promotor colocou a
71 disposição o respaldo legal que for necessário para resolver o assunto; a Srª Rosilene comprometeu-se a
72 formular e encaminhar um ofício a Srª Adelângela solicitando a homologação retroativa das
73 substituições uma vez que o ofício de solicitação já havia sido protocolado em agosto de 2006. O
74 Presidente coloca o assunto para apreciação e orientações por parte da plenária. O Conselheiro Cleiber
75 pergunta se a falta de homologação pode interferir futuramente nas deliberações que o Conselho
76 Municipal de Saúde possa efetuar; a resposta é ao buscar orientações quanto a questão de presidir ou
77 não a reunião o Conselheiro Carlos Coradassi ouviu da Srª Adelângela que não existiam impedimentos
78 por tratar-se de problemas internos da Prefeitura e não do Conselho, pois este seguiu todos os tramites e
79 passos necessários para realizar a solicitação das substituições. O Conselheiro Cleiber sugere que todas
80 as decisões tomadas pela plenária sejam levadas ao conhecimento da promotoria para evitar problemas
81 futuros. A Conselheira Lenir discordando da sugestão dada, diz que devem dar continuidade aos
82 trabalhos normalmente sem chamar o promotor achando que sempre acontecerá algo no futuro e mais,
83 considera o comentário inapropriado. O Conselheiro Cleiber ressalta a necessidade do amparo legal
84 para evitar problemas como este que aconteceu com a posse da mesa diretora eleita. O participante Sr.
85 Vladimir diz que não concorda pois pode ser uma atitude precipitada, mas salienta que os problemas
86 apresentados são mais importantes do que os erros de português apontados no início da reunião e
87 pergunta o por que da não homologação das substituições. A Conselheira Lenir faz uso da palavra
88 dizendo que para ela e em sua fala há importância a correção dos erros apresentados. Em seguida o

89 participante Sr. Pedro Wosgrau Filho, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ponta Grossa,
90 responde ao questionamento do sr. Vladimir dizendo que o processo de substituição só chegou em sua
91 mesa esta tarde, ou seja, em 08 de maio de 2007, e foi por ele assinado devendo ser publicado em
92 diário oficial na quinta-feira. O Presidente Carlos dá continuidade a reunião. A Conselheira Neumari
93 coloca que o assunto referente a homologação das substituições dos conselheiros causou, durante a
94 semana que passou, transtornos a mesa diretora eleita a aproximadamente um mês e destaca que o
95 ofício de solicitação já tinha sido protocolado junto a Prefeitura em agosto de 2006 e que em mais
96 alguns meses completaria um ano. O conselheiro Cleiber retoma a palavra dizendo que é importante o
97 Conselho manter um contato com a Promotoria Pública no sentido de evitar problemas futuros que
98 estejam relacionados com as decisões tomadas pelo Conselho. O Presidente Carlos diz que segundo a
99 Sr^a Rosilene, o departamento jurídico emitirá um parecer referente a esta homologação e compromete-
100 se a apresenta - lo aos demais Conselheiros na próxima reunião ordinária, e reforça que o respaldo legal
101 é necessário para o andamento das atividades do Conselho. Dando seqüência o Presidente expõe as
102 etapas para realização das Conferências de Saúde sendo a Etapa Nacional de 14 a 18 de novembro, a
103 Etapa Estadual de 15 de agosto a 15 de outubro e a Etapa Municipal de 01 de abril a 05 de agosto,
104 dizendo que é necessário definir datas para a realização da etapa Municipal sugerindo a formação de
105 uma Comissão para Organização da Conferência, havendo aceitação por parte da plenária procede-se a
106 formação através da manifestação dos conselheiros e participantes, ficando composta pelas seguintes
107 Conselheiros: Neumari, Lenir, Maria Lucia, Carlos, Cleiber, Marcos, Tereza, Edson e também pelos
108 seguintes colaboradores: Rosilene e David, não havendo outras manifestações o Presidente Carlos diz
109 que é necessário que conversem para apresentar na próxima reunião datas possíveis para realização da
110 Conferência Municipal. A Conselheira Neumari sugere que seja definido o Coordenador da Comissão
111 assim como as atribuições desta. A Conselheira Lenir sugere que seja realizada uma primeira reunião e
112 que nela seja escolhido o Coordenador para que não se tome muito tempo da presente reunião. Diante
113 da apresentação das duas propostas o Presidente diz que serão colocadas para votação e lembra que
114 apenas os Conselheiros Titulares votam e que na falta destes seus suplentes. Surge então uma terceira
115 proposta por parte do Conselheiro Cleiber que sugere que seja escolhido o apenas Coordenador e que a
116 reunião seja marcada posteriormente, a Conselheira Maria Lúcia sugere que a reunião seja marcada já,
117 nesta mesma reunião. O Presidente então apresenta as propostas e coloca –as em votação, sendo que
118 antes o Conselheiro Cleiber retira a sugestão feita anteriormente: a primeira proposta é a da
119 Conselheira Neumari que em votação obteve um total de 06 votos, a segunda proposta da Conselheira
120 Lenir obteve 05 votos e a terceira proposta, da Conselheira Maria Lúcia obteve 02 votos, restando
121 ainda 01 voto de abstenção. A Conselheira Neumari esclarece que a Comissão está aberta para
122 participação de outros Conselheiros e também pessoas que tenham afinidade com a questão do
123 Controle Social. Vencendo a proposta da Conselheira Neumari, segue-se a reunião com a definição do
124 Coordenador da Comissão Organizadora da Conferência. Abertas as inscrições manifestam-se o
125 Conselheiro Edson e a Conselheira Neumari para ocupar a coordenação. Abre-se espaço para votação
126 sendo eleita a Conselheira Neumari com 8 votos contra 6 votos do Conselheiro Edson. O Presidente
127 Carlos dá continuidade a reunião informando a necessidade de indicação de dois representantes deste
128 Conselho para o PREPS – Pólo Regional de Educação Permanente em Saúde – a Conselheira Maria
129 Lúcia explica que trata-se de um espaço para discussão da políticas de saúde do SUS e para o SUS.
130 Abre-se então as inscrições manifestando-se os Conselheiros Cleiber e Marcos sendo que a definição
131 pela titularidade e suplência ficará para decisão de ambos. Segundo item da Ordem do dia: Prestação de
132 Contas do Primeiro Trimestre da Secretaria Municipal de Saúde: O Presidente Carlos diz que a Sr^a

133 Rosilene fará uma apresentação da Prestação de Contas do Primeiro Trimestre de 2007 da Secretaria
134 Municipal de Saúde e informa que já foram entregues a mesa os relatórios impressos da referida
135 prestação de contas. Rosilene, Coordenadora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde faz a
136 explicação da Prestação de Contas passando alguns dados de produção, atendimento e recursos do
137 fundo municipal de saúde. Terminada a apresentação o Presidente retoma a palavra esclarecendo que
138 os Conselheiros indicados para representação junto ao PREPS definiram entre si que a Titularidade
139 ficará a cargo do Conselheiro Cleiber e a Suplência a cargo do Conselheiro Marcos. **Relato das**
140 **Comissões** – Atenção Básica: O Coordenador da Comissão Carlos Eduardo Coradassi informa que se
141 reuniram no dia 07/05 – segunda feira e fizeram uma avaliação dos documentos postados pelo gestor
142 com relação a implantação das Unidades de Saúde de Apoio; explica que foi solicitada ao gestor
143 através de ofício a apresentação dos seguintes documentos: evolução do limite prudencial dos últimos
144 24 meses; avaliação quantitativa e qualitativa de redução de cargos em comissão para verificar o
145 número de cargos em comissão, número de funções gratificadas, evolução salarial dos cargos em
146 comissão nas últimas gestões; redução de horas extras: estratégias e efetivação; número de
147 profissionais desligados da Secretaria Municipal de Saúde por desligamento temporário, em licença
148 médica, desligamento efetivo, óbitos e demissões, e, número de profissionais disponíveis por
149 transferência ou cedidos para a Prefeitura, salienta que nenhum dos documentos foi apresentado pelo
150 gestor. O senhor Prefeito Municipal presente solicita espaço para considerações. Inicia dizendo que o
151 objetivo da administração é melhorar a Saúde em Ponta Grossa, pede ainda desculpas por não ter
152 comparecido antes as reuniões, pois, Conselho e Prefeitura têm o mesmo objetivo que é melhorar o
153 atendimento na Saúde para todas as pessoas. Diz ainda que é necessário mostrar o que estão fazendo ao
154 Conselho e pede sugestões para conseguir melhorias, porque se as pessoas sofrem hoje pelo
155 atendimento que não é o ideal todos são cúmplices porque todos podem melhorar a saúde. Segundo o
156 Prefeito, a Prefeitura quer melhorar e muito, pois se não o fizer, ao final do mandato não poderão dizer
157 que valeu a pena ser Prefeito. Esclarece que em alguns pontos a administração será vitoriosa mas não
158 em todos. Fala que o município é responsável pelo atendimento básico, ou seja, da consulta a porta do
159 hospital, porém a preocupação não é só com as consultas e com os exames, pois as pessoas que
160 necessitam de cirurgias querem e precisam de uma solução e cabe ao município buscar essa solução
161 fazendo o melhor possível. Na área de atendimento existem as Unidades Básicas de Saúde que são um
162 importante apoio as Unidades de Saúde de Apoio, têm por objetivo fazer com que as pessoas que não
163 têm o atendimento na Unidade Básica tenham facilitado o acesso junto aos terminais de transporte
164 coletivo. Mas por que ser ao lado dos terminais? O Sr. Prefeito diz que o intuito é que a farmácia dessas
165 unidades tenha um guichê voltado para dentro do terminal; com isso a pessoa sai de sua casa pega o
166 ônibus e vai até o terminal sem ter que pagar nova passagem para voltar, pois não sai do terminal para
167 chegar a farmácia e pegar o medicamento. A administração acredita que com essas unidades
168 funcionando junto aos terminais haverá um avanço na área de atendimento de consultas para a
169 população. Como fazer isso funcionar? Por que fazer parcerias com terceiros e não colocar
170 funcionários da prefeitura? De acordo com o Prefeito o limite prudencial não lhes dá condições para
171 efetuar contratações. Diz ainda que para ele o mais importante é que a comunidade seja atendida e que
172 a consulta aconteça no momento que deve e precisa acontecer, se o funcionário é público não é um dos
173 pontos de maior importância. O Prefeito relata ainda que a administração pretende e tem verba
174 disponível para a implantação de mais 10(dez) unidades do Programa Saúde da Família, todavia, não
175 pode realizar porque precisa contratar funcionários, diz mais ainda, que o problema se estende para
176 outras áreas, como a educação que necessita da contratação de professoras e zeladoras. A situação é

177 delicada e grave devido a questão do limite prudencial pede aos Conselheiros que avaliem não pelos
178 números mas sim a possibilidade das pessoas que estão doentes esperando um médico para serem
179 atendidas e não o são. Na seqüência o senhor Prefeito faz um breve relato da situação dos hospitais da
180 cidade dizendo que estão esperando alguns retornos do governo estadual para dar continuidade as
181 melhorias, mas que nesta área também vão ter problemas no que se refere a contratação, pois terão que
182 firmar convênios e parcerias para que ocorra o funcionamento. Segundo ele o pronto Socorro
183 Municipal está com as obras em um estágio bastante avançado, com alguns equipamentos a serem
184 instalados e com dificuldades na aquisição do tomógrafo devido a problemas com a liberação da
185 compra pois o dinheiro já está disponível. O Laboratório está avançando, tinham prazos enormes para a
186 devolução de exames, ainda estão ruins, mas as unidades de saúde estão sendo informatizadas e
187 recebendo um aparelho de fax para agilizar o processo. O intuito é concorrer com os laboratórios
188 particulares, se o laboratório particular entrega um exame em 24 horas o da Prefeitura também tem que
189 fazer em 24 horas e não levar 15 dias. Se em uma unidade de saúde o médico pede um exame hoje, este
190 não pode ser coletado daqui a 15 dias, tem que ser coletado amanhã, se for necessário jejum, se não tem
191 que ser coletado na hora. Cita ainda o exemplo de melhoria realizado no setor de Raio X do Pronto
192 Socorro Municipal, relata que em visita no mês de novembro constatou que existiam agendamentos
193 para realização de Raio X e questionou o por que destes, a resposta foi que não se conseguia vencer a
194 demanda e que só os de urgência eram realizados na hora. Sugeriu-se então parar com o agendamento,
195 nos primeiros dias houve confusão, mas acabou-se com a fila e hoje todos os raios X são feitos na
196 hora. Assim também estão alguns exames do Centro Municipal de Especialidades, em breve todos os
197 exames não deverão demorar mais do que 30 dias. O Prefeito continua seu relato dizendo que as
198 consultas de especialidades avançaram muito, que ainda não se alcançou o objetivo que é menos de
199 trinta dias para todas as especialidades, mas que estão próximos deste prazo. Em algumas não
200 conseguem por falta de médicos, cita o exemplo dos reumatologistas; só existem dois profissionais na
201 cidade e não querem trabalhar para a Prefeitura e nem pelo Consórcio, lembra que no ano passado
202 conseguiram uma médica que acabou com a fila de espera mas ela pediu demissão. Diz ainda que é
203 preciso melhorar a parte hospitalar, pois há falta de leitos e estudos apontam a necessidade de 500
204 leitos para a região dos Campos Gerais. Mas o grande problema em Ponta Grossa hoje é nas consultas e
205 que a administração precisa melhorar a parte que é da Prefeitura. O Prefeito relata que em algumas
206 Unidades Básicas de Saúde não existe demanda reprimida, em outras porém, as pessoas não são
207 atendidas e por isso a necessidade das Unidades de Saúde de Apoio. Encerra sua fala dizendo que se o
208 Conselho achar que as Unidades de Apoio a Saúde não devem funcionar, que Prefeitura e Conselho
209 busquem juntos outro mecanismo para melhorar o atendimento, pois sempre dá para melhorar a saúde.
210 O Presidente Carlos retoma a palavra abrindo espaço para considerações da plenária. O Conselheiro
211 Cleiber pergunta ao Sr. Prefeito se o impacto do limite prudencial com a terceirização conta ou não, e
212 questiona ainda se o que estarão votando é a aprovação das Unidades de Saúde de Apoio ou a forma de
213 gerenciamento destas unidades. O Presidente Carlos esclarece que estarão votando a aprovação das
214 Unidades de Saúde de Apoio no modelo de gestão apresentado e que nada impede de posteriormente o
215 gestor apresenta-las em outro modelo de gestão. O Prefeito diz que o problema é que está impedido de
216 contratar funcionários por isso a terceirização. A Conselheira Lenir diz que essas unidades são muito
217 importantes para a população de Ponta Grossa e que a questão que está mais difícil é a forma de
218 gerenciamento, pergunta ainda se nesta discussão de aprovamos ou não aprovamos a forma de
219 gerenciamento, não estamos impedindo o funcionamento dessas unidades, se não estamos atrasando o
220 crescimento das ações de saúde, e mais, de o Conselho Municipal de Saúde não pode votar favorável a

221 implantação das Unidades de Saúde de Apoio deixando uma ressalva dizendo que o Conselho não
222 opina ou não quer opinar a respeito da gestão, do modelo de gestão, salienta ainda que o mais
223 importante é a implantação das unidades e se o Tribunal de Contas tiver que verificar algo que vá tratar
224 com o município. A Conselheira fala que o gestor enfrenta muitas dificuldades com as pessoas que
225 necessitam destas consultas e que a maioria da população vai levar o filho a Unidade de Saúde após o
226 horário de trabalho quando estas já estão fechadas restando então a alternativa de ir ao Pronto Socorro,
227 que fica congestionado com as emergências e com as consultas que deveriam ser atendidas na Unidade
228 de Saúde . Por isso acredita que as Unidades de Saúde de Apoio são uma boa idéia. O Presidente Carlos
229 informa que o sr. Paulo da controladoria foi a uma reunião da Comissão de Atenção Básica e falou que
230 a terceirização conta no limite prudencial. Rosilene fala então que trata-se de um recurso vinculado do
231 Governo Federal, quando vai pagar essa parceria ele entra no cálculo geral mas quando o Tribunal de
232 Contas faz o filtro esses valores são retirados. Eles fazem parte do limite prudencial mas a forma de
233 pagamento como está sendo solicitada, ou seja, com recurso vinculado absorve do limite. O Presidente
234 Carlos comenta que se trata do mesmo critério utilizado no teto epidemiológico dos agentes de
235 endemias. Rosilene confirma e explica que existe uma normativa do Tribunal de contas de que essas
236 verbas vinculadas entram em um primeiro cálculo mas não contam no limite prudencial. O participante
237 Vladimir pede o direito a voz para algumas considerações. Inicia sua fala dizendo que é médico
238 formado no Rio Grande do Sul e com experiência em medicina comunitária; conta que trabalhou na
239 gestão do Péricles em 2003 e entrou em 2006 na gestão atual, já trabalhou no pronto atendimento do
240 Mansur e trabalha hoje no Programa Saúde de Família. Diz que se estão todos reunidos seria
241 interessante sentar e desenvolver um modelo de saúde, afirma que seria ótimo colocar unidades de
242 saúde de apoio em todos os terminais da cidade, mais médicos, entretanto, alguns pontos não estão
243 sendo considerados. Exalta que a saúde pública deve ser tratada de maneira diferente, pois um projeto
244 de saúde pública bem feito não é assim que se faz, a pessoa precisa de uma consulta hoje, amanhã faz
245 um exame e precisa retornar para apresentar o resultado, se o médico tem alguma dúvida manda para
246 um especialista se não tem na cidade manda para Curitiba; este é um processo extremamente oneroso
247 para o município. O participante fala ainda que existem alguns bons projetos da administração como o
248 projeto de educação continuada e encerra sua participação com a seguinte fala: “(...) colocar uma USA
249 ao lado de um terminal, se tivesse alguém distribuindo bala todo mundo ia querer de graça mas como é
250 remédio(...)”. **O Conselheiro Neto diz que dentro do Plano Municipal de Saúde já existe a**
251 **aprovação das Unidades de Saúde de Apoio e que em outras cidades existem exemplos bem**
252 **sucedidos destas que funcionam como um desafogo as outras formas de medicina que existem.**
253 São pequenos ambulatorios que atenderiam o que não é feito na unidade básica, e que é a capacidade
254 do gestor que determina o bom funcionamento ou não destas. Fala ainda que muitas unidades de saúde
255 de Ponta Grossa deveriam estar fechadas e que gostaríamos muito de ver uma administração que
256 assumisse perante a população do local e vereadores que vai fechar a unidade de saúde no atendimento
257 médico, poderia até permanecer aberta no atendimento de promoção a saúde, de vigilância
258 epidemiológica, de vigilância sanitária, pois chega-se em algumas unidades ou está faltando o
259 profissional ou não tem ninguém para ser atendido, então dentro desse plano das Unidades de Saúde de
260 Apoio gostaríamos de ver isso, ou seja vai funcionar desta forma , vai fechar esta área. Existe ainda a
261 necessidade de melhor remuneração, de trazer profissionais de fora que possam trabalhar para
262 melhorar, mas para isso precisamos saber quantos profissionais temos, quanto ganham e qual a carga
263 horária, para saber no papel quanto está faltando e quantos profissionais estão colocados de maneira
264 equivocada em algum ponto, pois é difícil votar o repasse de dinheiro a uma empresa privada.

265 Cumprimenta ainda o Prefeito pela explanação feita com relação as atividades que estão sendo
266 realizadas pela administração. O Conselheiro André sugere que se monte uma Comissão que sirva para
267 utilização do gestor no que se refere a elaboração de projetos junto com o Conselho Municipal de
268 Saúde para que este não avalie apenas o que é apresentado pelo gestor mas elabore conjuntamente. Diz
269 que a idéia das Unidades de Saúde de Apoio são uma boa idéia, pode não ser a melhor maneira de se
270 tratar a saúde mas é um início. O Presidente Carlos diz que a Comissão de Acompanhamento da
271 Atenção Básica é formada por todos os segmentos e que a partir do momento que chega um projeto
272 para o Conselho e este precisa ser avaliado pela comissão verifica-se uma grande dificuldade para
273 conseguir a participação do gestor. Informa ainda que as reuniões da comissão acontecem de maneira
274 seqüencial, todo mês tem reunião e esclarece que essa Comissão sugerida pelo Conselheiro André já
275 existe e é a Comissão de Acompanhamento da Atenção Básica. Explica ainda que no que se refere ao
276 projeto das USA's a Comissão avaliou um projeto apresentado e não uma pré-discussão do modelo de
277 gestão que seria apresentado, então o parecer se baseia no projeto apresentado, fala ainda que a
278 Comissão de Acompanhamento da Atenção Básica está aberta para possíveis discussões e que o
279 parecer precisa ser votado em virtude do pedido de vistas. Apresenta então as propostas para votação: a
280 proposta número 01 é pelo aceite do parecer desfavorável a implantação das USA's no modelo de
281 gestão apresentado e a proposta número 02 é pelo não aceite do parecer desfavorável a implantação das
282 USA's no modelo de gestão apresentado, inicia-se a votação e ambas as propostas recebem 07 votos
283 caracterizando empate, o Presidente então faz uso do voto de minerva e opta pela proposta número 01,
284 ou seja, pelo aceite do parecer desfavorável a implantação das USA's no modelo de gestão
285 apresentado. Segue-se a reunião com o Coordenador da Comissão de Atenção Básica informando que
286 na reunião realizada na segunda-feira estiveram presentes a Conselheira Ana Paula e o Sr. Carlos para
287 apresentar e discutir as estratégias de expansão do PSF. De acordo com ele as duas idéias apresentadas
288 são boas. Neste momento então surge um impasse em relação a votação realizada. O Conselheiro Edson
289 diz entender que o Presidente já tinha votado e questiona se no Regimento Interno está previsto este
290 segundo voto para desempate. De acordo com o Sr. Prefeito em outros Conselhos, Câmara Municipal o
291 Presidente só vota em caso de empate. Devido ao fato de nenhum conselheiro estar de posse do
292 regimento interno na oportunidade resolve-se verificar o que nele está contemplado e na próxima
293 reunião validar a votação realizada. O Conselheiro Marcos sugere que seja realizada uma reunião
294 extraordinária para explicar o que é realmente a USA, pois acredita que tenham ficado dúvidas. O
295 Presidente Carlos responde que este procedimento já foi realizado. O Sr. Prefeito fazendo novas
296 considerações pergunta as pessoas que votaram contra a implantação das USA's no modelo de gestão
297 apresentado usando as seguintes palavras: "(...) eu pergunto aos que foram contra, se eu não conseguir
298 contratar funcionários pelo limite prudencial então a USA fica fechada?" Pergunta ainda de maneira
299 direcionada a Conselheira Neumari por que votou contra. A Conselheira Neumari responde dizendo
300 que desconhecia a necessidade de justificar o seu voto, mas que votou o parecer desfavorável a
301 implantação das USA's no modelo de gestão apresentado pela falta de apresentação dos documentos
302 solicitados pelo Conselho ao gestor. O Sr. Prefeito diz saber que não pode contratar funcionários, se
303 não for aprovado o modelo apresentado então não pode fazer funcionar, diz ainda que respeita a
304 opinião do participante Vladimir e convida-o a comparecer a seu gabinete em um final de tarde para
305 discutirem como seria um modelo de saúde ideal. Pede aos demais presentes sugestões, fala que
306 deveríamos fazer uma experiência e fazer a USA funcionar, se daqui a alguns meses chegarmos a
307 conclusão de que não deu certo, fecha. Diz que os postos de saúde que não são PSF devem ser
308 avaliados e se não forem necessários devem ser fechados e em consequência as USA's seriam um

309 mecanismo pronto para absorver esta demanda. Explica ainda que está defendendo as USA's porque
310 não tem uma idéia melhor mas aceita sugestões, terminada sua fala pede para retirar-se caso não haja
311 mais perguntas. O Conselheiro Neto pergunta então se não há como apresentar os documentos
312 solicitados. O Prefeito responde dizendo que estes documentos não estão prontos para apresentar e que
313 não vê qual a importância de se saber quantos cargos de confiança tem e que o mais importante é fazer
314 uma tentativa de melhorar a saúde. O Prefeito retira-se e o Presidente Carlos dá sequência a reunião
315 terminando de falar sobre a reunião da Comissão de Acompanhamento de Atenção Básica, conta que a
316 questão do PSF foi discutida de maneira proveitosa e que a Comissão vai trazer as propostas para a
317 plenária depois que esta for elaborada e entregue por parte do gestor. Acompanhamento de Sistema
318 Hospitalar e Especialidades: A Conselheira Maria Lucia informa que não houve reunião da Comissão,
319 mas sim, da Comissão de DST/Aids com o Dr. Calvet para discutir a questão da contratação do Dr.
320 Ignácio e a questão da Enfermeira, ficando definido que a contratação do Dr. Ignácio seria efetuada
321 através do Consórcio. Discutiram ainda outros pontos que estão por definir. O Conselheiro Marcos fala
322 que nesta reunião levantou problemas relacionados ao Hospital da Criança e Pronto Socorro Municipal.
323 Relatou o caso de uma criança que foi ao Hospital da Criança por três vezes durante a semana e voltou
324 para casa de apoio com uma hérnia encarcerada na região dos testículos, diz que houve a necessidade
325 de intervenção usando o nome da casa de apoio e do Conselho Municipal de Saúde para que a criança
326 fosse atendida. O médico constatando a necessidade de cirurgia entrou em contato com o responsável
327 no Hospital Bom Jesus sendo que demorou de 4 a 5 horas para que a central de leitos liberasse uma
328 vaga para essa criança. Outra situação diz respeito a falta de leitos de isolamento para portadores de
329 tuberculose e HIV principalmente no Pronto Socorro Municipal. O Conselheiro Marcos sugere que o
330 Conselho forme uma comissão e faça algumas visitas a estes locais para verificar a situação e as
331 necessidades. A Conselheira Lenir esclarece que a Central de Leitos funciona dentro da 3ª Regional de
332 Saúde e tem o objetivo de organizar as solicitações de internamento hospitalar e mais, que ela não
333 define quem vai ocupar o leito se a autorização não foi dada é porque não havia leito disponível no
334 momento, pois quando o hospital libera o leito a central imediatamente comunica o médico solicitante e
335 o paciente é transferido. A Conselheira reforça que o procedimento depende do hospital. O participante
336 Vladimir diz que não é fácil passar a noite inteira ao lado de um telefone esperando uma vaga e explica
337 e existe uma situação chamada leito zero, que consiste em colocar o paciente na ambulância e levar até
338 o hospital mais próximo que tenha a cirurgia necessária; se neste não tiver vaga eles vão mandar o
339 paciente para frente e não para trás ou para a casa. Conselhos Locais: nenhum representante presente.
340 Ética e Controle Social: nenhum representante manifesta-se. Gestão de trabalho no SUS e Saúde do
341 Trabalhador: O Conselheiro Francisco informa que não houve reunião. Orçamento: O Coordenador da
342 Comissão Conselheiro Cleiber informa que não houve reunião e que ficaram pendentes algumas
343 ressalvas no orçamento de 2006 a serem aprovadas. **Relato do Gestor Municipal/Estadual: Informes**
344 **dos conselheiros:** A Conselheira Lenir diz que não há mais nada a ser relatado por parte do gestor. O
345 Presidente dá por encerrada a reunião às 21:29 horas.